

Uma História da Matemática Escolar na Cidade de São Luís do Século XIX

Waléria de Jesus Barbosa Soares¹

GDn°5 – História da Matemática/Educação Matemática

Resumo: A presente pesquisa investiga a matemática escolar na cidade de São Luís, durante o século XIX. A metodologia qualitativa, de abordagem histórico-bibliográfica, consta de revisão de literatura e análise documental. Analisa a partir de aportes teóricos de Bloch, Certeau, Le Goff, D’Ambrósio, documentos de fontes primárias do século XIX, da capital da província do Maranhão, São Luís, do Rio de Janeiro, Amazonas, Pernambuco, Bahia e de Portugal. Considera o contexto histórico na qual a matemática escolar pesquisada foi construída, onde procura responder à pergunta: como se deu a construção do ensino de matemática na cidade de São Luís durante o século XIX? Para isso, busca ainda, identificar e analisar as obras matemáticas publicadas por maranhenses em São Luís ou em outros lugares, no século XIX; pesquisar/construir biografias dos autores dos livros identificados e professores de matemática que atuaram na cidade de São Luís, no século XIX; e, fazer um levantamento sobre as instituições escolares da cidade de São Luís, no período oitocentista, e o ensino de matemática. Esta pesquisa busca contribuir com a escrita de um novo capítulo da História da Educação do Brasil, ao escrever sobre a Matemática Escolar na cidade de São Luís oitocentista.

Palavras-chave: Educação Matemática; História da Matemática; Matemática Escolar; São Luís oitocentista.

Introdução

A partir de meu trabalho de mestrado² consegui uma constatação: havia uma forte influência do contexto da sociedade sobre o ensino de matemática desenvolvido no Maranhão oitocentista. Isto porque, o desenvolvimento comercial fez surgir um ensino voltado para um ofício: o do comerciante. Coube à matemática escolar dar sua contribuição, preparando os alunos para esse fim. Assim, a dissertação me oportunizou algumas respostas específicas sobre um determinado conteúdo matemático, fundamental para os alunos-futuros comerciantes: o estudo dos juros. Mas ficou uma lacuna e outras perguntas surgiram sem respostas.

¹ Universidade Estadual de Campinas, e-mail: walleria_soares@hotmail.com, orientadora: Dra. Silvia de Mendonça Figueirôa.

² Dissertação intitulada “Juros em Livros Didáticos de Matemática no Maranhão do Século XIX”, defendida em 2009, pela Universidade Estadual de Campinas.

O ensino de matemática não é feito apenas do ensino de um conteúdo. Então, quais seriam os outros ensinamentos necessários à matemática escolar no Maranhão oitocentista? Onde estariam? Como eram tratados?

Para responder a esses questionamentos, parto de um problema central: como se deu a construção do ensino de matemática na cidade de São Luís durante o século XIX? Chego à conclusão de que preciso partir dos livros. Ao analisar as obras percebo que as suas indicações envolviam sujeitos, os alunos. E estes alunos, por sua vez, frequentavam um espaço educacional, seja em nível primário, secundário ou superior. Esses livros também foram escritos por outros sujeitos, os autores. Ou trabalhados por outros, os professores. Emendo então, mais dois questionamentos ao problema: como eram os ensinamentos de matemática nas instituições escolares e quem eram os sujeitos responsáveis por esse ensino (seja como autor ou como professor)?

“Viajo” à São Luís oitocentista e estruturo o trabalho da seguinte forma: no primeiro capítulo apresento os caminhos que envolvem essa Sociedade, sua Cultura e a Educação. No Capítulo 2, identifico os livros de matemática publicados em São Luís ou publicados por maranhenses em outros lugares e, analiso-os sem desconsiderar o contexto no qual foram escritos e para quem foram escritos. Como os livros foram escritos e utilizados por alguém, no Capítulo 3, busco conhecer sobre esses sujeitos professores/autores de livros didáticos de matemática e construo biografias. No Capítulo 4, apresento as instituições escolares da cidade de São Luís oitocentista e observo como se dava o ensino de matemática por esses professores/autores, que utilizavam ou não esses livros. Por fim, exponho as considerações sobre a minha viagem.

Percursos Metodológicos e Aportes Teóricos

Posso dizer que esse trabalho se assemelhou ao de um detetive, pois cada documento encontrado me mostrava em suas entrelinhas vestígios de uma realidade cheia de pequenos detalhes, ao ponto de concordar com Ginzburg (2002, p.177) e perceber que “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”. E foi atrás desses sinais que me enveredei.

A pesquisa se caracteriza como histórico-bibliográfica, a qual, segundo Fiorentini e Lorenzato (2006, p. 102) é “aquela que se faz preferencialmente sobre documentação

escrita”. E esses documentos só conversam comigo, a partir do momento que eu aprendo a interrogá-los (BLOCH, 2001).

Para isso, foi necessário, primeiramente, eu fazer uma revisão de literatura. Assim, segui Bloch (2001) e me recoliquei, primeiramente, banhada pela atmosfera mental de um tempo, face a problemas que não pertenciam à sociedade maranhense de hoje, pelo menos não na mesma conjectura, e tomando Ginzburg (2002, p.152) “a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remont[ei] a uma realidade complexa não experimentável diretamente” que de alguma forma me fez acreditar que “alguém passou por lá”.

Foram importantes os livros, jornais, revistas, artigos, entre outros, que tratavam da educação e do ensino de matemática no Maranhão, durante o século XIX. O corpus documental constou ainda de cartas, leis, documentos, regulamentos e falas dos presidentes da província do Maranhão. Nesse instante, foi de suma importância o texto de Castro (2009), que me apresenta um trabalho minucioso de organização de todas as leis e regulamentos sobre a instrução pública no Maranhão no período entre 1835 e 1889. Pude ter em mãos um direcionamento sobre o que regia as práticas educativas na capital e em todo o Maranhão. Restou-me investigar, ainda, o período anterior a 1835 e posterior a 1889, percorrendo todo o século de meu interesse.

A metodologia de pesquisa e as orientações teóricas estão embasadas nas ideias de Gatti Júnior (2002, p.29), ao observar que “a orientação teórica presente atualmente defende que o processo de construção de interpretações do passado se faz no diálogo necessário entre nossas ideias e concepções e os indícios que conseguimos agrupar para corroborar nossas assertivas”. Também me apoio nas ideias de Le Goff (1996, p.477), quando afirma que “a memória onde cresce a História, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”.

Outro autor importante que tomo como referência é Schubring (2003), ao conceber que o saber matemático é transmitido por dois caminhos: pela comunicação pessoal ou oral e por textos escritos, e, sendo meu caminho o segundo, utilizo vários acervos. A princípio, pesquiso nos acervos da cidade de São Luís, como: a Biblioteca Pública Municipal de São Luís – Benedito Leite, a Biblioteca Josué Montelo, a Biblioteca da Universidade Federal do Maranhão, a Biblioteca da Universidade Estadual do Maranhão, a Academia Maranhense de Letras, o Arquivo do Liceu Maranhense, o Arquivo

Público do Estado do Maranhão, o Arquivo da Igreja do Carmo, o Arquivo do Museu dos Capuchinhos. Como a capital do Brasil império abarcou muitas informações sobre o que regia a educação e o ensino de matemática no país, encontro no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro um acervo com mais fontes de informação, além dos arquivos do Amazonas, Pernambuco, Bahia e São Paulo. Ainda, à medida que fui percebendo que a história da educação em São Luís no período oitocentista teve, também, certa influência de Portugal sobre seus escritos, circulação de ideias e formação dos professores, busco outros acervos com fontes riquíssimas, como, principalmente, a Biblioteca Pública do Porto, com seu conjunto de manuais desde o século XVIII, no Fundo Antigo da Reitoria da Universidade, além das Bibliotecas da Universidade de Coimbra, Biblioteca Nacional e Museu das Ciências em Lisboa (FELGUEIRAS; COSTA; CORREIA, 2008).

Para análise das informações, tomo em alguns momentos a análise de conteúdo, pois segundo Rizzini, Castro e Sartor (1999, p.91), essa modalidade “teria como função básica a observação mais atenta dos significados de um texto, e isso pressupõe uma construção de ligações entre as premissas de análise e os elementos que aparecem no texto. Essa atividade é, assim, essencialmente interpretativa”. Esse tipo de interpretação está presente, principalmente, quando analiso os livros didáticos e os documentos textuais que compõem o corpus deste trabalho.

Porém, ressalto que quando tomo as falas dos presidentes da província ou os textos sobre os autores e professores investigados, tomo a análise de discurso em minha interpretação. Nesse ponto, concordo com Bakhtin (1997, p. 341): “o texto é a expressão de uma consciência que reflete algo. Quando o texto se torna objeto de cognição, podemos falar do reflexo de um reflexo. A compreensão de um texto é precisamente o reflexo exato de um reflexo”.

Tomo, então, a matemática como um tipo de produção cultural. Concordo com Burke (2005) e concebo que tudo tem história: logo, reconheço que o ensino de matemática teve um passado na cidade de São Luís. Ao interpretar essas relações, concordo com Certeau (1974, p. 4-5) quando diz que “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência e que esse sistema abriga uma filosofia implícita particular”.

Concebo a matemática escolar como uma teoria para o ensino/aprendizagem da matemática, em que os conhecimentos encontram-se organizados para serem ensinados num determinado período (VALENTE, 1999).

Compreendo aqui, um livro didático, tal qual Bittencourt (2008), podendo ser uma mercadoria ou o fruto de uma edição ou um depositário de conteúdos, mas podendo ser tudo isso e ainda ir além, pois ele tem uma função.

Parto do pressuposto de que as mensagens embutidas nos textos dos livros didáticos estão carregadas de vínculos contextuais de seus autores, e que segundo Franco (2005, p. 12), mostram-me “as condições que envolvem a evolução histórica da humanidade; as situações econômicas e socioculturais nas quais os emissores estão inseridos”. E assim, na esteira das sugestões de Saviani (2007), procuro investigar a quem se destinava cada instituição investigada.

Enfim, essa pesquisa se vê ancorada na Nova História Cultural, pois se ocupa com o resgate de várias fontes de estudo para alcançar a representação de uma determinada cultura, em dado período e em dado lugar.

Resultados Obtidos

Sobre a produção e circulação de livros didáticos de matemática em São Luís durante o século XIX

Procurando compreender sobre a produção e a circulação de livros em São Luís durante todo o século XIX, destaco as várias ações do governo e da própria sociedade, como a criação de tipografias, fundação de uma biblioteca pública, adoção de livros para o ensino escolar e, inclusive, incentivo por parte de autores. Apresento as leis e regulamentos sobre a instrução pública, ressaltando os critérios sobre a obrigatoriedade do ensino.

Nesse contexto, encontro registro de publicação de 31 livros/sobre matemática. Destes, consegui localizar oito, que ainda existem, e que foram analisados:

1. “A Metafísica da Contabilidade Commercial” de Estevão Rafael de Carvalho, publicado em 1837, pela Tipografia Imperial e Constitucional, no Rio de Janeiro.
2. “Primeiras Noções de Arithmetica” de Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem, publicado em 1846, pela Tipografia Maranhense, no São Luís.

3. “Tratado de Aritmética” de João Antonio Coqueiro, publicado em 1860, pela Tipografia W. Remquet & Cia, em Paris.
4. “Tabela de Câmbio” ou “Página Intima” de Roberto Moreira, publicado em 1874, sem identificação de Tipografia, em São Luís.
5. “Mélanges de Calcul Intégral” de Joaquim Gomes de Souza, publicado em 1882, pela Tipografia F. A. Brockhaus, em Leipzig.
6. “Resumo de Álgebra” de José Augusto Corrêa, publicado em 1886, pela Tipografia Popular Maranhense, em São Luís.
7. “Tratado de Geometria Diferencial” de Alfredo Cândido de Moraes Rego e Antonio Gabriel de Moraes Rego, publicado em 1891, pela Imprensa Nacional, no Rio de Janeiro.
8. “Questões Práticas de Aritmética” de Domingos Affonso Machado, publicado em 1895, pela Tipografia José Maria Correia de Frias, em São Luís.

Sobre autores e professores oitocentistas: histórias de vida envolvidas no ensino de matemática da cidade de São Luís

Para Schubring (2003, p.17), existe um “método histórico que se oferece para ampliar a compreensão de textos: a prosografia, isto é, descobrir a respeito de características comuns das biografias dos autores em questão, seus precursores, etc.”. Comungando com o autor, vejo a importância de conhecer os sujeitos que escreviam os livros didáticos na cidade de São Luís oitocentista.

Mas, e se o autor for também um professor? Segundo Castellanos (2012),

Na Província do Maranhão muitas obras foram produzidas pelos professores, em especial, aqueles que lecionavam no Liceu, no Instituto de Humanidades e na Sociedade Onze de Agosto, a exemplo de Sotero dos Reis, João Antonio Coqueiro, Estevão Rafael de Carvalho, Antonio Marques Rodrigues e Antonio Rêgo, e impressos na sua maioria pelas tipografias de Belarmino de Mattos e de Frias. Professores que elaboraram seus trabalhos para serem adotados nas disciplinas que lecionavam, e que pelos resultados obtidos nas suas práticas no ensino, passam a ser adotados em outros estabelecimentos do Maranhão, como em outras localidades do país. (CASTELLANOS, 2012, p.285)

Nesse contexto, utilizo o método biográfico para conhecer os autores e professores que trabalhavam com a matemática na cidade de São Luís oitocentista permitindo tomar como objeto de estudo um indivíduo e sua vida. São eles:

1. Estevão Rafael de Carvalho: o político e a matemática para o comércio
2. João Nepomuceno Xavier de Brito: o primeiro professor de matemática do Liceu Maranhense
3. Alexandre Theóphilo de Carvalho Leal: o matemático amigo de Gonçalves Dias
4. Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem: um português em solo ludovicense
5. Joaquim Gomes de Souza: o “maior” ou o “mais” conhecido matemático maranhense?
6. João Antonio Coqueiro: entre a matemática e a poesia
7. Roberto Moreira: entre a escola e o comércio
8. Coronel Luiz Fernando Ferreira: a aritmética prática e a Academia Militar
9. João Miguel da Cruz: a aritmética pela taboada
10. Padre Cyrillo dos Reis: entre a aritmética para desvalidos e a religião
11. José Augusto Corrêa: entre a Matemática e a Língua Portuguesa
12. Alfredo Cândido de Moraes Rego e Antonio Gabriel de Moraes Rego: a geometria e a Academia Militar
13. Temístocles Aranha: um professor admirado por seus alunos

Instituições escolares na cidade de São Luís oitocentista e o ensino de matemática

As instituições escolares também fazem parte da autoria de um livro, quando são responsáveis por moldá-los, segundo Schubring (2003, p.16), “por seus programas, suas tipologias de conhecimento e tradições”. Percebo isso, especificamente nesta pesquisa, quando vejo o sumário de um livro de acordo com o programa de ensino de uma determinada instituição.

Investigar as instituições escolares oitocentistas ludovicenses me permitiu mapear a evolução das mesmas ao longo do século XIX. Para tanto, tomo Petitat (1994), buscando informações sobre: o processo de criação, instalação e localização das instituições; a

caracterização e utilização do espaço físico; os esforços de poder (diretor, secretário, professores); a organização do tempo escolar; a origem social da clientela; os conteúdos escolares sobre a matemática; os professores; a legislação, as normas e a administração. Busco compreender cada instituição como um “conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização” (FRAGO, 1995, p.68). São elas:

1. O Liceu Maranhense: a elite e o ensino de matemática
2. Casa dos Educandos Artífices: o ensino de matemática para meninos pobres e desvalidos
3. A Escola Normal: a formação de professores e o ensino de matemática
4. A Escola de Aprendizes Marinheiros: o ensino de matemática para a guerra
5. Escola Popular Onze de Agosto: o ensino de matemática para adultos
6. Colégios, Asilos e Recolhimentos: o ensino de matemática para meninas
7. Algumas considerações sobre a educação dos negros

Considerações parciais

Apresento a cidade de São Luís do século XIX, com sua economia, que perdurou por quase todo o período oitocentista, de bases agrárias e dependentes, que acarretou momentos transitórios de progressos econômicos, tal como acontecia em todo o estado. Foram altos e baixos que se refletiam consideravelmente em outros campos.

As revoluções, as guerras, os grandes movimentos, tanto locais quanto nacionais e até internacionais, também tiveram reflexos em vários setores da sociedade ludovicense, mesmo aqueles que aconteceram no final do século XVIII. A Revolução Francesa, a Revolta do Porto, a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, a Guerra do Paraguai, a Guerra Civil dos Estados Unidos da América, a Balaiada, a Independência do Brasil, a Adesão do Maranhão a essa Independência, a Proclamação da República, entre outros, cada um desses acontecimentos interferiu de algum modo sobre o campo pesquisado: a educação escolar. Por isso, conhecer sobre esses fatos, atos e consequências foi tão relevante para o processo de escrita, pois me levou a conhecer a interferência dos mesmos sobre o nosso objeto: o ensino de matemática.

Sobre a biografia dos professores, digo que foi um trabalho minucioso de junção de retalhos. Mas entendo que, na escrita biográfica, existem intenções, objetivos e

fins (LE GOFF, 1996). Portanto, esses retalhos me renderam uma colcha de conhecimentos sobre as pessoas que fizeram a matemática acontecer nas salas de aula: os professores. Também conheci essas mesmas pessoas em outro papel: o de autores de livros didáticos de matemática. Percebi que por trás de cada professor ou autor existia uma pessoa carregada de desejos, que almejava, de alguma forma, contribuir para o ensino de matemática, numa época em que a educação maranhense era para poucos. Digo para poucos porque percebi interesses políticos embutidos em cada decisão ou lei que se direcionava à educação escolar, somente para uma minoria da população. Observei essa realidade em todo o século XIX, mesmo percebendo índices que demonstravam o crescimento do número de alunos ao longo do tempo.

Através das instituições criadas para meninos pobres, acredito que as medidas foram adotadas pelo governo provincial para tentar justificar uma pseudodemocratização, pois o verdadeiro fim dessas instituições era formar uma mão-de-obra qualificada para atender às suas necessidades socioeconômicas, através da formação para os ofícios. Porque a matemática que lhes ensinavam era menos rigorosa que as dos meninos da elite, que estudavam em escolas melhores? Ora, os filhos da elite iam para as grandes universidades do Brasil ou da Europa. Ou será que filhos dos ricos fazendeiros estudariam para serem sapateiros, carpinteiros ou marceneiros? Em condições piores estavam os negros, com oportunidades mínimas para frequentarem uma escola. Mestiços como Gonçalves Dias frequentando escola e indo para universidade num tempo em que a escravidão predominava no Maranhão, era uma exceção. As meninas eram casos particulares. Com a educação que lhes era oferecida reforçava-se a premissa de que as mulheres tinham que ser educadas para o lar, para o marido, para os filhos. De que adiantaria estudar matemática? No mais, bastar-lhes-ia as quatro operações e um pouquinho de frações, para fazer as contas de pequenos orçamentos familiares, principalmente os relacionados aos gastos e afazeres da cozinha.

Mas isso não quer dizer que as escolas não procurassem funcionar de uma boa forma, para alcançar seus objetivos. O Liceu Maranhense ofereceu ensino público secundário durante todo o século XIX. Em seus regulamentos, tendo como referência o currículo do Colégio Pedro II, pudemos ver a matemática contemplada em suas diversas ramificações (aritmética, álgebra, etc.). Por sua vez, as demais escolas de São Luís tinham o Liceu como referência. Cada uma, com seus objetivos, buscava oferecer um ensino de matemática de qualidade, seja através de aulas noturnas de matemática, como as da Escola

Onze de Agosto, seja nas aulas de matemática para um ofício, como as da Casa dos Educandos Artífices, ou ainda, como nas poucas aulas de matemática oferecidas pelas escolas para meninas. Nesse processo, formar o professor era importante. A trajetória da Escola Normal mostrou todo esse interesse.

E o que subsidiava o trabalho dos professores de matemática nessas escolas? Eram os livros. Por intermédio dos livros didáticos, identifiquei as concepções de aprendizagem no decorrer da expansão da escolarização do século XIX (BITTENCOURT, 2008, p.219). Os ludovicenses utilizavam em suas escolas, principalmente as obras que eram utilizadas no restante do país. Dessa forma, os livros de Bézout, Trajano, Ottoni, Legendre, entre outros, dividiam espaço com os livros dos maranhenses. Foram Coqueiro, Leal, Corrêa, Homem, Souza, Moreira, os irmãos Moraes Rego, entre outros que me mostraram que a cidade de São Luís também teve sua parcela de contribuição na produção de livros de matemática no Brasil no período oitocentista, seja no nível de ensino primário, secundário ou superior.

Todas essas descobertas e constatações me ajudaram a conhecer o passado para compreender o presente e pensar no futuro do ensino de matemática na cidade de São Luís. Por isso, reforço que meu papel enquanto investigadora da história da educação está de acordo com o que pensa Silva (apud Paludo e Doll, 2009): “pesquisa-se para procurar entender uma realidade”.

Referências

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad.: Maria Emantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e saber escolar: 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BLOCH, M. **Apologia da história: ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BURKE, P. **A escrita da história**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- CASTELLANOS, S. L. V. **O livro escolar no Maranhão Império: produção, circulação e prescrições**. (Tese de Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, 2012. 450p.
- CASTRO, C. **Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império (1835-1889)**. São Luís: EDUFMA, 2009.
- CERTEAU, M. L'opération historiographique. In: LE GOFF, J; NORA, P. **Faire de l'histoire**. Paris: L'Éditions Gallimard, 1974.

FELGUEIRAS, M. L.; COSTA, J. V.; CORREIA, L.G. (Coord.) **Manuais Escolares na Biblioteca Pública Municipal do Porto**. Porto: FPCEUP/CIEE/FLUP, 2008.

FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, A; FINGER, M. (Org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **Investigação em Educação Matemática**: percursos teóricos e metodológicos. Coleção formação de professores. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FRAGO, V. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 0, p. 63-82, 1995.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GATTI JÚNIOR, D. A história das instituições escolares: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. (Org). **Novos temas em história da educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2002. p.3-24.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In _____. **Mitos, Emblemas e Sinais**. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

PETITAT, A. **Produção da escola, produção da sociedade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

RIZZINI, I.; CASTRO, M. R.; SARTOR, C. D. Pesquisando. **Guia de Metodologias de Pesquisa para Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1999.

SAD, L. A.; SILVA, C. M. S. da. **Reflexões teórico-metodológicas para investigações em História da Matemática**. Bolema, Rio Claro (SP), Ano 21, nº 30, pp. 27 a 46, 2008.

SAVIANI, D. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. NASCIMENTO, M. I. M. [et al.], (orgs.). – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. – (Coleção memória da educação).

SCHUBRING, G. **Análise histórica de livros de matemática**: notas de aula. Campinas: Autores Associados, 2003.

VALENTE, W. R. **Uma história da Matemática escolar no Brasil (1730 – 1930)**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 1999.